



9919 ASSENTAMENTO PRECÁRIOS E OFERTA DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO: O CASO DO JARDIM PIRATININGA

Prof. Dr. Antonio Eduardo Giansante¹; Prof. Msc. Dante Ragazzi Pauli²; Miguel Bortoletto Giansante³

¹ - Professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie – antonioeduardo.giansante@mackenzie.br

² - Professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie – danteragazzi.pauli@mackenzie.br

³ - Graduando em Engenharia Ambiental na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – miguel.giansante@usp.br

RESUMO

Este artigo apresenta o caso do Jardim Piratininga, situado na Zona Leste do município de São Paulo, para o qual foi construída a rede coletora, mas ainda permanecem domicílios não ligados. Explora as atividades feitas dentro da pesquisa desenvolvida pela Universidade Mackenzie junto à população local para que se conscientize da importância da ligação predial, bem como procura apontar quais políticas públicas são necessárias para viabilizá-las junto com a implantação da rede coletora.

PALAVRAS-CHAVE: Cobertura de esgoto; Plano de Bairro; Mobilização Social

INTRODUÇÃO

Ao longo de décadas vem sendo feito um grande esforço e respectivo investimento com o objetivo de levar coleta e afastamento de esgotos para todo o município de São Paulo. No entanto, permanecem córregos poluídos e usuários não ligados à rede coletora, com riscos a sua saúde. Assim como outros assentamentos precários, o Jardim Piratininga tem déficit de infraestrutura, sendo que a limpeza do Canal de Circunvalação, a universalização da coleta de esgoto e a drenagem de águas pluviais são as principais demandas sanitárias, já que o abastecimento de água, mesmo com ligações irregulares, se encontra praticamente universalizado. Em algumas ruas do bairro, existe rede de drenagem subterrânea a encargo da prefeitura, mas não é operada corretamente e pontos contêm lançamento irregular de esgoto domiciliar, acabando por despejá-lo sem tratamento nos corpos receptores, como os córregos que nascem no morro da Cangaíba e atualmente afluem ao canal de circunvalação. Esse canal faz o limite entre o bairro e o Parque Ecológico do Tietê.

Existe uma rede de coleta de esgoto, construída e operada pela companhia estadual, a SABESP no bairro. Antes havia em poucas ruas uma rede improvisada construída pela própria população. Apesar de a rede existente, permanecem lançamentos irregulares de esgoto na drenagem urbana ou diretamente nos corpos d'água locais, não estando todas as residências conectadas a rede, principalmente aqueles às suas margens. Assim, mesmo pequena, essa carga poluidora chega ao rio Tietê a montante da barragem da Penha, prejudicando ainda mais sua qualidade região metropolitana afora.

Este artigo tem por objetivo descrever as ações em andamento que vêm sendo feitas por meio da pesquisa *Plano de Bairro*, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie – FAUM no sentido de, com a participação e conscientização da população local organizada, chegar a um plano que torne o bairro efetivamente em cidade com todos os serviços urbanos que a caracterizam, incluindo os indispensáveis, como os de saneamento e em particular a coleta e afastamento de esgotos sanitários. Explora os motivos da não ligação e proporá ao seu final políticas públicas para alcançar o máximo de ligações possíveis que devem ser efetivadas desde a etapa de projeto até a execução e operação da obra, sendo a compreensão dessa não ligação o principal objetivo deste artigo.

METODOLOGIA UTILIZADA

É dividida em duas grandes linhas: a parte técnica, normas brasileiras e da própria Sabesp quanto ao projeto e execução de rede coletora de esgotos sanitários; e a urbana/ social, mostrando como foi feita a inserção da



equipe de pesquisadores e alunos da universidade junto à população local e respectivas lideranças reconhecidas por essa.

As normas técnicas são sobejamente conhecidas e aplicadas pelo meio técnico, incluindo projetistas e a própria Sabesp, mas aqui se verifica se suas diretrizes e restrições terminam por dificultar a ligação predial de alguns domicílios, principalmente os próximos à rede hídrica que acaba recebendo os esgotos “in natura”.

A parte social está relacionada à participação da universidade que remonta há poucos anos, quando por meio de uma reunião pública realizada em 2015 na sede da prefeitura regional da Penha, a liderança da comunidade conheceu o trabalho acadêmico na região e viabilizou a sua participação na realidade do Jardim Piratininga. A universidade chegou ao bairro por meio das lideranças.

Foram feitas várias reuniões ao longo dos últimos dois anos nos centros comunitários do Jardim Piratininga, propiciando o conhecimento da sua realidade, da sua relação com a infraestrutura urbana e carências decorrentes. Assim, o grupo de pesquisa da universidade pode conhecer a realidade e as necessidades do bairro, sendo a resolução de alguns pontos mais simples, enquanto outros constituem um grande desafio. O Plano de Bairros tem por sua propriedade traçar um roteiro seguro de transformação local, passando inclusive pela infraestrutura e respectivo serviço de saneamento. Assim no seu bojo será proposta como alcançar a mais ampla cobertura possível de serviços urbanos de saneamento, mais especificamente de saneamento e uso integral da possibilidade de ligação com a rede coletora.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O trabalho relaciona-se ao Plano de Bairro do Jardim Piratininga, instrumento urbanístico definido no Estatuto da Cidade e no atual Plano Diretor Estratégico. Esse planejamento tem por objetivo “*detalhar as diretrizes dos Planos Regionais Estratégicos (PREs) (...) podendo prever desde a criação de equipamentos públicos a sistemas de infraestrutura urbana*” (SAITO; CLARO, 2017).



Figura 1. Lançamento clandestino de esgoto no Canal de Circunvalação (à esquerda) e na rede de drenagem existente (à direita)

A elaboração de um Plano de Bairro deve ser estruturada por meio da gestão participativa, procurando incentivar a participação dos diversos segmentos da população local (SAITO; CLARO, 2017). Para tanto como atividades complementares a este estudo, são desenvolvidas oficinas de capacitação, reuniões temáticas com órgãos públicos competentes e visitas técnicas com a população local e prestadoras de serviços, como a própria Sabesp que esteve no bairro junto com as lideranças locais e a equipe da pesquisa.

Apesar do enfoque deste artigo estar na questão sanitária do Plano de Bairro, sua construção envolve a estruturação local das diversas políticas setoriais, tais como: habitação, saúde e educação. Assim, a infraestrutura em saneamento termina por se inserir e relacionar com as outras urbanas, resgatando essa articulação que traz benefícios. Por exemplo, a ação local da equipe de saúde e seus agentes, possibilita identificar os domicílios não ligados à rede coletora e relacioná-los com eventuais doenças.

As reuniões com a população também são momentos muito importantes quando são trazidos casos de doenças provocadas por moscas e mosquitos que encontram abrigo em função dos despejos de esgotos e lixo em cursos d'água. Isso foi reportado pela população local e casos concretos trazidos.



RESULTADOS PARCIAIS OBTIDOS

A pesquisa está em andamento, mas as reuniões com a população onde foi explicada didaticamente o que é saneamento, as diferenças entre rede coletora de esgotos e de águas pluviais, já possibilitaram ações da liderança do bairro no sentido de levar aos moradores que são viáveis a efetuar a ligação predial, o fizessem. Ao mesmo tempo a ida a campo da Sabesp junto com as lideranças e a equipe da universidade, permitiu que fosse feito um trabalho de educação sanitária em estruturas hidráulicas reais, como a rede coletora de esgotos sanitários.

Foi observado também que cerca de 5% dos domicílios são viáveis de se ligarem na rede e não o estão, faltando alguma política pública que viabilizasse a execução do ramal predial. O estado de São Paulo já teve um programa denominado “*Se liga na rede*”, mas atualmente não há recursos disponibilizados no orçamento da regional da Sabesp ou até mesmo da prefeitura de São Paulo. Isso sugere que uma política que abarcasse essa ligação predial deveria ser permanente e aplicada concomitantemente com a execução da rede.

De forma semelhante, os projetos executivos de rede coletora deveriam prever na sua elaboração um estudo mais detalhado das possibilidades de ligação predial, indo além da verificação do caso de soleira negativa, bem conhecido, para um análise de viabilidade “social”, isto é, que com apoio da sociedade civil organizada e representada por meio das suas lideranças se buscasse de início, do projeto, a viabilidade das ligações prediais, não somente pelo aspecto técnico.

Também foi verificado em campo que algumas ligações prediais não se viabilizaram por causa de restrições técnicas impostas pelas normas brasileiras. Não se trata de criticá-las, já que vem ao longo do tempo, junto com as normas internas da Sabesp, se mostrando muito positivas, entretanto em bairros com lotes irregulares, deveriam ser estudadas e propostas soluções diferenciadas. Uma das possibilidades seria projetar rede coletora com diretrizes que se assemelham à conhecida ligação condominial para atender casas que não têm frente para as ruas. Essas casas no Jardim Piratininga acabam sem ter por onde lançar seus esgotos, com graves ameaças a sua própria saúde.

Outro ponto verificado em campo, foi a questão das casas localizadas junto aos cursos d’água que não estão conectadas na rede coletora. São os domicílios mais críticos por lançarem esgotos diretamente no canal de circunvalação que, junto com o lixo ali também despejado, acabam criando um ambiente degradado e muito ameaçador à saúde dos moradores. Nas reuniões com a população, reiteradas vezes ficou evidente a divisão da população, sendo que alguns moradores criticam fortemente os vizinhos que lançam esgotos e lixo nos cursos d’água e no canal de circunvalação, porque ameaça a saúde de todos. As palestras bem didáticas dadas pela equipe da universidade tiveram forte repercussão, esclarecendo a população dos riscos por não se ligarem na rede e ainda jogarem lixo nos corpos receptores locais.

Portanto, as reuniões da população com a presença de professores e pesquisadores da universidade propiciaram um avanço na consciência e na educação dos moradores, o que se refletiu no questionamento entre os próprios moradores, fazendo avançar a perspectiva de efetuar a ligação predial. Um empecilho forte tem sido a falta de programa como o mencionado “*Se liga na rede*”.

Os resultados até agora alcançados, o final da pesquisa está previsto para janeiro de 2019, conclusão do Plano de Bairro, indicam que é necessário desde a época do projeto que aconteça algum nível de participação social, mostrando de início para a população o que é rede coletora de esgotos, como se ligar nela e como a utilizar, não lançando lixo e fazendo ligações clandestinas de água pluvial. A equipe de pesquisa da universidade constatou que na medida que essas informações são levadas à população, há um ganho importante, porque entre outros motivos, passa ocorrer entre os moradores pressões para corrigir as carências, como constatado. A educação sanitária aliada à boa engenharia é fundamental.

Por outro lado, tecnicamente é preciso continuar tendo as diretrizes das normas técnicas brasileiras e internas da Sabesp, mas é necessário buscar soluções além, porque são esses bairros carentes ainda, mesmo com rede coletora, caso do Jardim Piratininga, que continuam poluindo os cursos d’água da Região Metropolitana de São Paulo. Se não se buscar atende-los dentro da sua realidade, adaptando as soluções técnicas, há forte risco de continuidade do convívio da população local com seus esgotos, bem como má qualidade dos seus rios e córregos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GIANSANTE, A.E., GIANSANTE, M.B. *Poluição de Rios Urbanos e o Jardim Piratininga*, Simpósio sobre Rios Urbanos, EPUSP, outubro, 2017.
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. (1986). *NBR 9649: Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário*. Rio de Janeiro, Brasil.
3. INSTITUTO TRATA BRASIL. 2015. *Pesquisa Saneamento Básico em Áreas Irregulares do Estado de São Paulo*. São Paulo, Brasil.
4. OBRACZKA, M., LEAL, I. F. (2015) *Relação entre as ligações domiciliares de esgoto e a real abrangência do sistema de coleta: o estudo de caso de Barra do Pirai, RJ*. XXI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Brasília, Brasil.
5. SAITO A., CLARO M. (2017) *Planos de Bairro: a democracia participativa no planejamento urbano do município de São Paulo*. XIII Jornada da Iniciação Científica, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.
6. SABESP. 2015. Norma Técnica SABESP 217 – Ligação predial de esgoto. São Paulo, Brasil.
7. SÃO PAULO. (2012). Governo sanciona lei que cria o programa Se Liga na Rede. Disponível em <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/governo-sanciona-lei-que-cria-o-programa-se-liga-na-rede-1/>> Acesso 20 maio 2018.